

Revisão RANP 17/2015

PROCESSO DE DELIMITAÇÃO DE CAMPO

Superintendência de Desenvolvimento e Produção - SDP

Delimitação de campo - RANP 17/2015

Lei do Petróleo (Lei 9.478/97)

Inciso X do Art. 6º -
Reservatório ou
Depósito

- configuração geológica dotada de propriedades específicas, **armazenadora de petróleo ou gás**, associados ou não.

Inciso XI do Art. 6º -
Jazida

- reservatório ou depósito já identificado e **possível de ser posto em produção**.

Inciso XIV do Art. 6º -
Campo

- área produtora de petróleo ou gás natural, a partir de um **reservatório contínuo ou de mais de um reservatório**, a profundidades variáveis, abrangendo instalações e equipamentos destinados à produção.

RANP 17/2015

Definição
§1º §2º do Art. 6º
Área do Campo

- área circunscrita pelo polígono que define o Campo, por ocasião da aprovação do PD. São critérios para o agrupamento e delimitação de um Campo os aspectos **contratuais, geológicos, operacionais e econômicos**, considerados no âmbito da análise do PD.

Fluxograma Geral das Principais Causas do Problema e Consequências

Causas Secundárias

Ausência de clareza no que tange aos aspectos contratuais, geológicos, operacionais e econômicos a serem utilizados como critérios para a delimitação do campo

Ausência de definição de “reservatórios contínuos”, “reservatórios a profundidades variáveis” e de “equipamentos e instalações destinados à produção”

A área de desenvolvimento é originalmente proposta quando da submissão do RFAD, sendo aprovada de forma definitiva SOMENTE quando da aprovação do PD

Para efeito de apuração da participação especial sobre a produção serão aplicadas alíquotas progressivas sobre a receita líquida da produção trimestral de cada campo

Causas Primárias

Ausência de critérios transparentes e claros para a delimitação do campo na regulamentação

Ausência de definições de termos presentes na definição de campo na Lei do Petróleo

Momento da delimitação da área do campo pela ANP

Pagamento de Participação Especial devida pelos contratados nos casos de campos de grande rentabilidade, conforme Decreto 2705/98

Problema

Controvérsia no processo de delimitação da área do campo

Consequências

Insegurança Jurídica

Arbitragens

Impactos nas Participações Governamentais

Aumento da participação dos Entes Federados e da Sociedade

Alto custo administrativo para ANP

Diminuição do interesse de investidores no E&P

Matriz de Probabilidade e Impacto

Pontos	Prioridade
9	Elevada
6	Alta
4	Média
1 a 3	Baixa

Probabilidade / Impacto	Alto	Médio	Baixo
Alta	9 Elevada	6 Alta	3 Baixa
Média	6 Alta	4 Média	3 Baixa
Baixa	3 Baixa	2 Baixa	1 Baixa

Gravidade	
1	Não é Grave
2	Pouco Grave
3	Grave
4	Muito Grave
5	Gravíssimo
Urgência	
1	Não tem pressa
2	Pode esperar um pouco
3	Resolver o mais cedo possível
4	Resolver com alguma urgência
5	Necessita de ação imediata
Tendência	
1	Não vai piorar
2	Vai Piorar em longo prazo
3	Vai Piorar em médio prazo
4	Vai piorar em pouco tempo
5	Vai piorar rapidamente

Matriz GUT

Identificação do Problema Regulatório e Qualificação dos Riscos

RISCOS	PROBABILIDADE	IMPACTO	RESULTADO
Lacunas na regulamentação atual acerca dos critérios para a delimitação da área do campo, no que tange aos aspectos contratuais, geológicos, operacionais e econômicos da regulamentação vigente.	3	3	9
Lacunas na regulamentação atual acerca dos conceitos e definições sobre “reservatórios contínuos”, “reservatórios a profundidades variáveis” e “equipamentos e instalações destinados à produção”.	3	3	9
Aumento das arbitragens em caso de manutenção da regulamentação vigente.	3	3	9
Aumento de incertezas quando da proximidade da declaração de comercialidade, considerando que somente na aprovação do PD é estabelecida a delimitação da área do campo.	3	2	6
Aumento da insegurança jurídica frente ao processo de delimitação da área do campo, considerando o longo tempo percorrido entre a aprovação do RFAD (que contém as áreas a serem desenvolvidas), a declaração de comercialidade e a aprovação do PD (que delimita definitivamente a área do campo).	3	2	6

Identificação do Problema Regulatório e Qualificação dos Riscos

RISCOS

PROBABILIDADE

IMPACTO

RESULTADO

Aumento da participação dos Entes Federados e da Sociedade por uma regulamentação mais clara e transparente visando a minimização das controvérsias/arbitragens no que tange à delimitação da área do campo e suas consequências.

2

3

6

Resistência das Partes interessadas frente as novas regras para delimitação da área do campo.

2

2

4

Comunicação ineficaz, gerando novas controvérsias e publicações com textos tecnicamente equivocados.

2

2

4

Falta de capacitação para estabelecimentos de critérios para a delimitação da área do campo de forma clara, objetiva e transparente.

1

2

2

Alternativas Regulatórias 1, 2 E 3

DESCRIÇÃO DO PROBLEMA COMUM DAS ALTERNATIVAS REGULATÓRIAS 1, 2 E 3	Gravidade	Urgência	Tendência	Prioridade Final
Lacunas na regulamentação atual acerca dos critérios para a delimitação da área do campo, no que tange aos aspectos contratuais, geológicos, operacionais e econômicos da regulamentação vigente.	5	4	3	12
Lacunas na regulamentação atual acerca dos conceitos e definições sobre “reservatórios contínuos”, “reservatórios a profundidades variáveis” e “equipamentos e instalações destinados à produção”.	5	4	3	12
Aumento de arbitragens em caso de manutenção da regulamentação vigente.	5	4	4	13
Aumento de incertezas quando da proximidade da declaração de comercialidade, considerando que somente na aprovação do PD é estabelecida a delimitação da área do campo.	3	3	2	8
Aumento da insegurança jurídica frente ao processo de delimitação da área do campo, considerando o longo tempo percorrido entre a aprovação do RFAD e a aprovação do PD (que delimita).	4	3	2	9
Aumento dos questionamentos dos Entes Federados por uma regulamentação mais clara e transparente visando a minimização das controvérsias/arbitragens no que tange à delimitação.	4	3	3	10
Resistência das Partes interessadas frente as novas regras para delimitação da área do campo e comunicação ineficaz, gerando novas controvérsias e publicações tecnicamente equivocados.	2	2	2	6

Alternativa Regulatória 1

DESCRIÇÃO DO PROBLEMA ESPECÍFICO DA ALTERNATIVA REGULATÓRIA 1

Gravidade

Urgência

Tendência

Prioridade
Final

Desconsiderar o compartilhamento de instalações no processo de delimitação de campo à luz da interpretação da Lei do Petróleo e dos pareceres técnicos já consolidados na ANP

5

3

3

11

Desconsiderar o Parecer PRG 67/2015 sobre compartilhamento ("se tais Reservatórios compartilham instalações, não resta dúvida que, juridicamente, está a se falar de um único Campo")

4

3

3

10

Desconsiderar a defesa da PRG apresentada no âmbito de arbitragens sobre compartilhamento de instalações à luz da interpretação da Lei e dos pareceres técnicos consolidados

5

3

3

11

Desconsiderar mesma estrutura e fácies geológicas de uma descoberta, originária a partir de um plano de avaliação de descoberta comum

4

3

3

10

Não considerar a perda prospectiva de PE mesmo sendo campos de grande produção

5

3

3

11

Aumento dos questionamentos dos Entes Federados e Órgãos de Controle, por meio de CPLs, sobre a alteração de procedimentos na delimitação de campos (de grande produção) resultando em perda de PE para as Federações

4

3

4

11

Considerar a visão da indústria, sobre a alteração de procedimentos na delimitação de campos, vislumbrando economia de PE, podendo o recurso ser priorizado em investimentos para o desenvolvimento dos campos. Entretanto, destaca-se que a PE incide sobre o lucro de campos de grande produção.

4

3

3

10

70+74 = 144

Alternativa Regulatória 2 (considerando só o compartilhamento)

DESCRIÇÃO DO PROBLEMA ESPECÍFICO DA ALTERNATIVA REGULATÓRIA 2

Gravidade

Urgência

Tendência

Prioridade
Final

Considerar o compartilhamento de instalações no processo de delimitação de campo à luz da interpretação da Lei do Petróleo e dos pareceres técnicos já consolidados na ANP

2

2

2

6

Considerar o Parecer PRG 67/2015 sobre compartilhamento (“se tais Reservatórios compartilham instalações, não resta dúvida que, juridicamente, está a se falar de um único Campo”)

2

2

2

6

Considerar a defesa da PRG no âmbito de arbitragens sobre compartilhamento de instalações à luz da interpretação da Lei e dos pareceres técnicos consolidados

2

2

2

6

Desconsiderar mesma estrutura e fácies geológicas de uma descoberta, originária a partir de um plano de avaliação de descoberta comum

4

3

3

10

Não considerar a perda prospectiva de PE mesmo sendo campos de grande produção

4

4

4

12

Aumento dos questionamentos dos Entes Federados e Órgãos de Controle, por meio de CPIs, sobre a alteração de procedimentos na delimitação de campos (de grande produção) resultando em perda de PE para as Federações

4

4

4

12

Desconsiderar a visão da indústria, sobre a alteração de procedimentos na delimitação de campos, vislumbrando economia de PE, podendo o recurso ser priorizada em investimentos para o desenvolvimento dos campos. Entretanto, destaca-se que a PE incide sobre o lucro de campos de grande produção.

2

3

3

8

70+60 = 130

Alternativa Regulatória 3 (recomendação SDP)

DESCRIÇÃO DO PROBLEMA ESPECÍFICO DA ALTERNATIVA REGULATÓRIA 3

Gravidade

Urgência

Tendência

Prioridade
Final

Considerar o compartilhamento de instalações no processo de delimitação de campo à luz da interpretação da Lei do Petróleo e dos pareceres técnicos já consolidados na ANP

2

2

2

6

Considerar o Parecer PRG 67/2015 sobre compartilhamento (“se tais Reservatórios compartilham instalações, não resta dúvida que, juridicamente, está a se falar de um único Campo”)

2

2

2

6

Considerar a defesa da PRG no âmbito de arbitragens sobre compartilhamento de instalações à luz da interpretação da Lei e dos pareceres técnicos consolidados

2

2

2

6

Considerar mesma estrutura e fácies geológicas de uma descoberta, originária a partir de um plano de avaliação de descoberta comum

2

2

2

6

Considerar a perda prospectiva de PE em campos de grande produção

2

2

2

6

Considerar questionamentos dos Entes Federados e Órgãos de Controle, por meio de CPIs, sobre a alteração de procedimentos na delimitação de campos (de grande produção) resultando em perda de PE para as Federações

2

2

4

10

Desconsiderar a visão da indústria, sobre a alteração de procedimentos na delimitação de campos, vislumbrando economia de PE, podendo o recurso ser priorizada em investimentos para o desenvolvimento dos campos. Entretanto, destaca-se que a PE incide sobre o lucro de campos de grande produção.

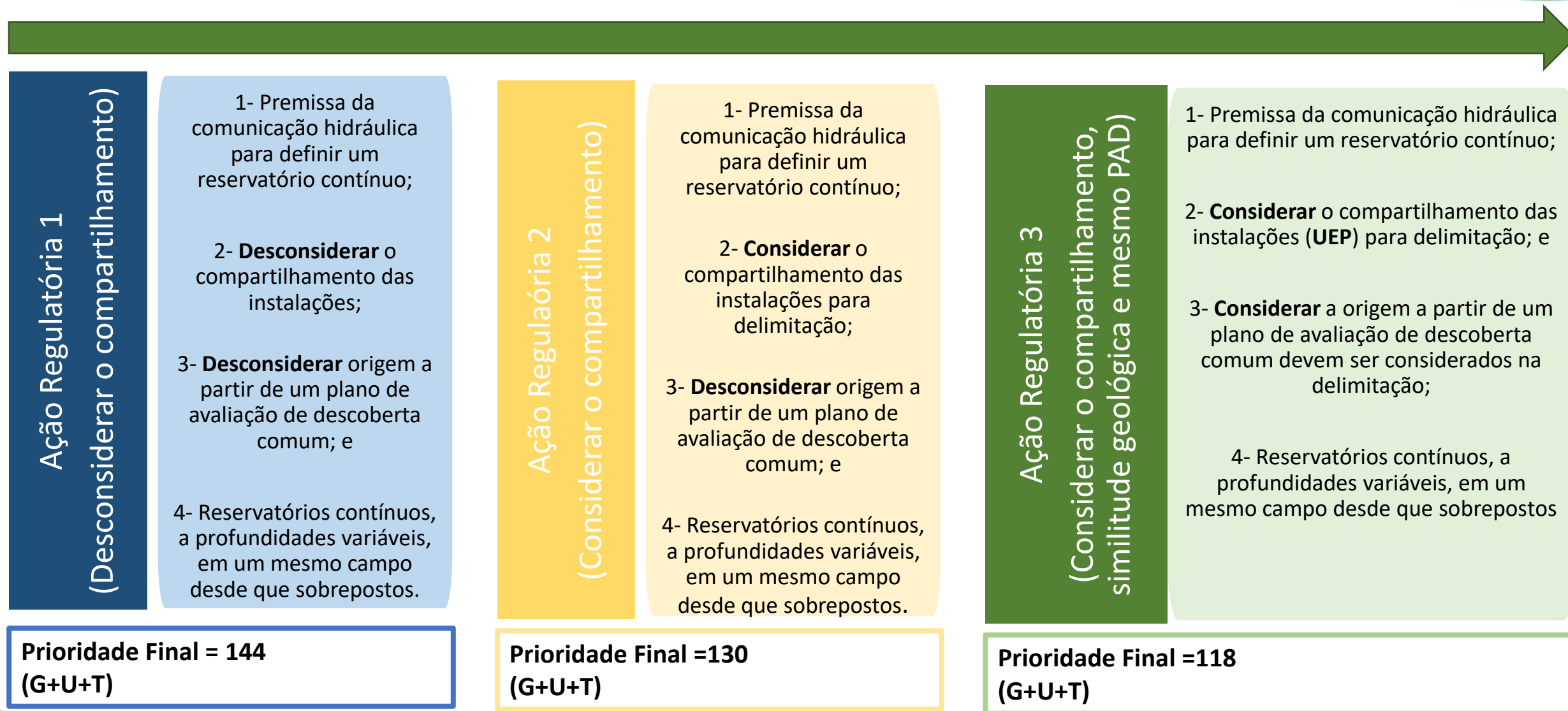
2

3

3

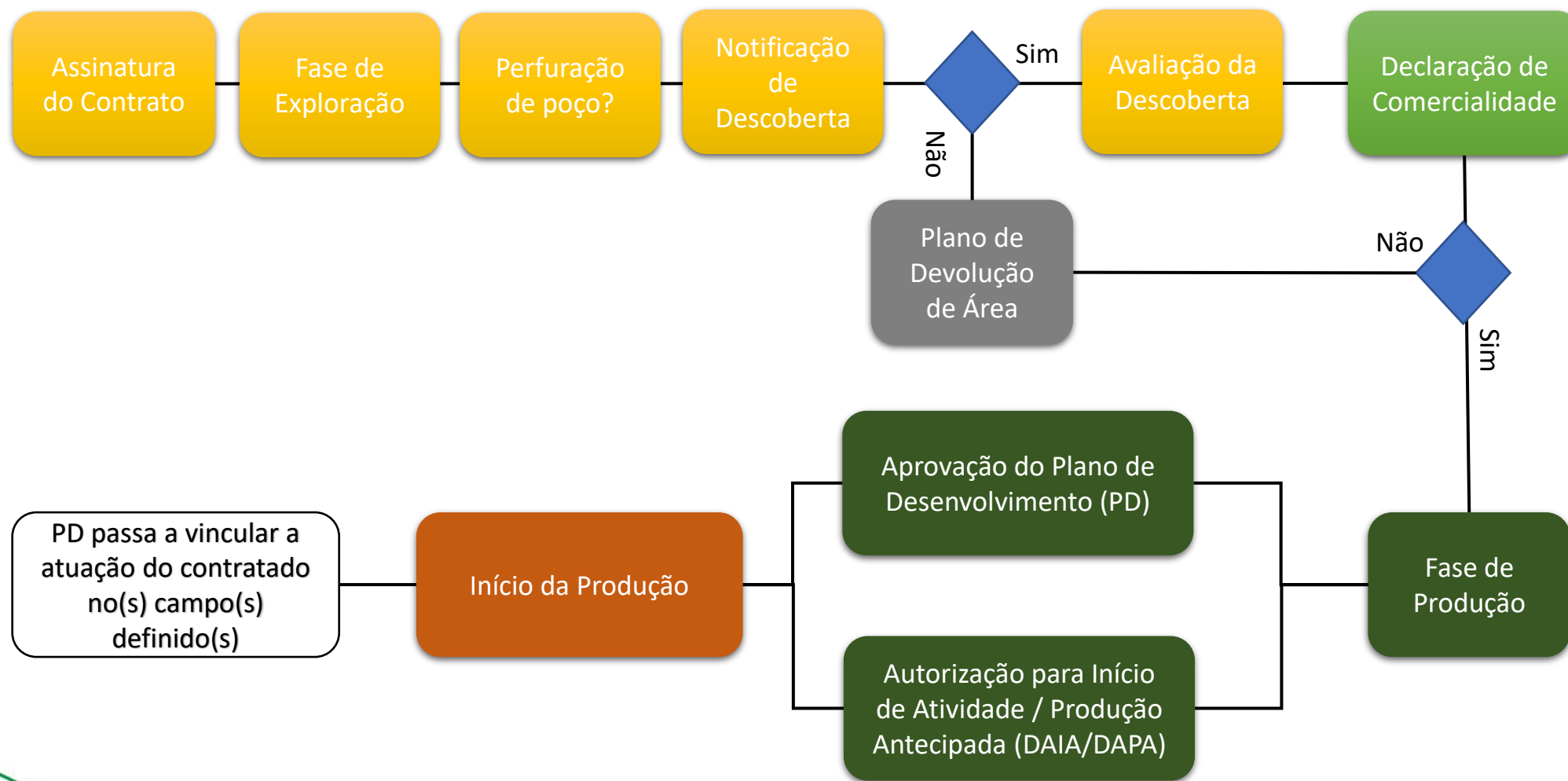
8

70+48 = 118

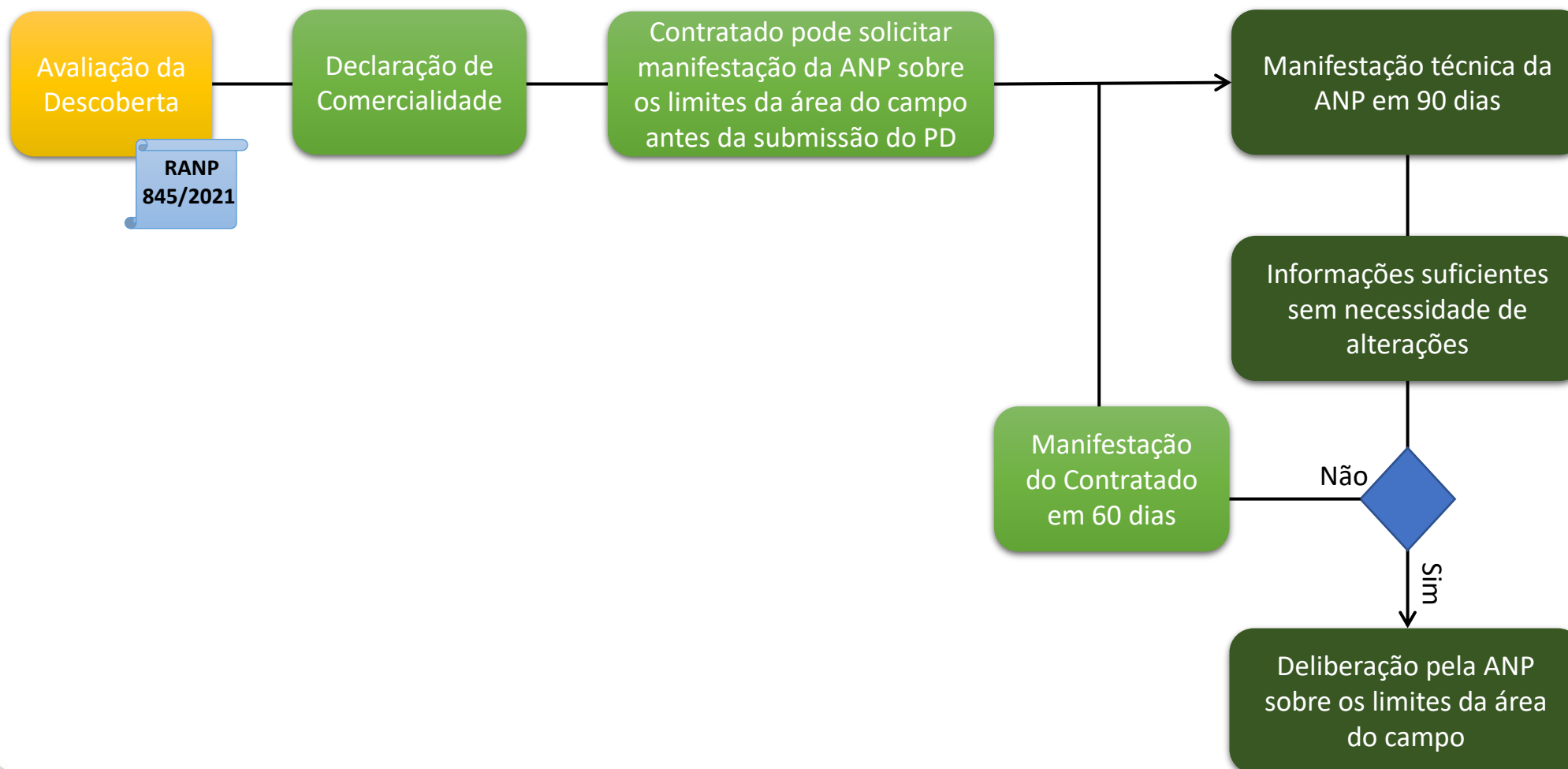


Aprovação da ANP sobre a área do campo antes da submissão do PD

Fluxo Geral (sentido horário)



Aprovação da ANP sobre a área do campo antes da submissão do PD



Encaminhamento

